REPÚBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE

Estado: Emitido
Data de consulta: 31/08/2023

CÓDIGO DOCUMENTO: D20230816010722
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c6df-cf31-ab25-3e37

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

TUA
TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.

O TUA compreende todas as decisões de licenciamento aplicáveis ao pedido efetuado, devendo ser integrado no respetivo título de licenciamento da atividade económica.

DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20230816002442
REQUERENTE	IBERDROLA RENEWABLES PORTUGAL, S.A.
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	506442586
ESTABELECIMENTO	Central Fotovoltaica Estoi
CÓDIGO APA	APA10034403
LOCALIZAÇÃO	Sta Catarina Fonte Bispo
CAE	35113 - Produção de eletricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n e.

CONTEÚDOS TUA

ENQUADRAMENTO

LOCALIZAÇÃO

INDEFERIMENTO

ANEXOS TUA

ENQUADRAMENTO

ENQ1 - SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Entrada em Vigor	Data de Validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora	Suspenso	Revogado
AIA	PL20221222011174	Anexo II, n.º 1, alínea b) e n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	16-08-2023	16-08-2023	-	Sim	Desfavorável	Agência Portuguesa do Ambiente	Não	Não

LOCALIZAÇÃO

LOC1.1 - Mapa

LOC1.5 - Confrontações

Norte	0
Sul	0
Este	0
Oeste	0

LOC1.6 - Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)	
Área coberta (m2)	
Área total (m2)	6 554 000,00

LOC1.7 - Localização

Localização	Zona Rural

INDEFERIMENTO

IND2 - Fundamentação da decisão de indeferimento

Código	Fundamentação da decisão de indeferimento
T000008	Em resultado da avaliação desenvolvida, foram identificados impactes negativos diretos e indiretos, muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis nem passiveis de compensação ao nível de fatores determinantes para a avaliação do projeto, nomeadamente, sistemas ecológicos, os recursos hídricos, a socioeconomia e a paisagem. Neste sentido, emite-se decisão desfavorável ao projeto da Central Fotovoltaica de Estoi.

IND3 - Anexos

Código	Ficheiro	Descrição
T000010	AIA3621_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

ANEXOS TUA

Anex1 - Anexos

Código	Ficheiro	Descrição
T000011	AIA3621_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

Declaração de Impacte Ambiental
(Anexo ao TUA)

Designação do projeto	Central Fotovoltaica de Estoi
Fase em que se encontra o projeto	Projeto de execução
Tipologia do projeto	Anexo II, n.º 3, alíneas a) e b), do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
Enquadramento no regime jurídico de AIA	Artigo 1.º, n.º 3, alínea b), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
Localização (concelho e freguesia)	Concelho de Faro - União das freguesias de Conceição e Estoi; Concelho de Olhão - União das freguesias do Moncarapacho e Fuseta, Concelho de São Brás de Alportel - freguesia de São Brás de Alportel, e Concelho de Tavira - freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.
Identificação das áreas sensíveis	Não são afetadas áreas sensíveis definidas nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, na sua atual redação
Proponente	IBERDROLA RENEWABLES PORTUGAL, S.A.
Entidade licenciadora	DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia
Autoridade de AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Descrição sumária do projeto

O projeto da Central Fotovoltaica de Estoi afirma-se como um contributo para a prossecução dos objetivos assumidos pelo Estado Português, nomeadamente a nível do acordo de Paris e políticas nacionais. Terá a capacidade estimada, para produzir no 1º ano cerca de 159 GWh e, em média, no período de vida útil da instalação (30 anos), cerca de 143,8 GWh/ano.

O presente projeto pretende contribuir para a diminuição das emissões de CO_2 e de outros poluentes associados à produção de energia elétrica por outras fontes, bem como a diminuição do consumo e recursos, nomeadamente combustíveis fósseis utilizados nas centrais de produção de energia.

O projeto em apreço enquadra-se no procedimento concorrencial, sob a forma de leilão eletrónico, para atribuição de reserva de capacidade de injeção em pontos de ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) para eletricidade a partir da conversão de energia solar, lançado em maio de 2020.

A Iberdrola Renewables Portugal S.A. foi adjudicatária do lote 5, para o qual foi disponibilizada uma capacidade de injeção de 99 MVA, a partir da subestação de Estoi, com um nível de tensão de 150 kV, tendo sido atribuído o Título de Reserva de Capacidade (TRC) de injeção na RESP, de eletricidade produzida em centro electroprodutor a partir de conversão de energia solar, com sistema de armazenamento integrado, e com potência de ligação de 69 MVA a 23 de novembro de 2020, pela REN,

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

enquanto Concessionária e Operadora da Rede Nacional de Transporte.

O projeto da Central Fotovoltaica de Estoi localiza-se na freguesia Santa Catarina da Fonte do Bispo no concelho de Tavira, distrito de Faro.

No que se refere ao projeto da Linha Elétrica e respetivo corredor, que define a sua área de estudo, abrangem a União das freguesias de Conceição e Estoi no concelho de Faro, a União das freguesias do Moncarapacho e Fuseta, concelho de Olhão, a freguesia de São Brás de Alportel, concelho de São Brás de Alportel e a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, concelho de Tavira.

Está prevista a implementação de componentes em 6 núcleos distintos, distribuindo-se dos dois lados da estrada municipal 398. A subestação localizar-se-á na estrema sudoeste do núcleo 3.

A central solar fotovoltaica será constituída por 175.798 módulos solares fotovoltaicos com tecnologia bifacial, com a potência média unitária de 540 Wp, totalizando uma potência de (95 MWp), implantados numa área que se estende ao longo de 154 ha.

O centro electroprodutor contará com inversores, postos de transformação, estações meteorológicas e a subestação.

A Linha elétrica que assegura a ligação entre a central solar e a subestação de Estoi, a 150 kV, tem uma extensão total de cerca de 6,5 km, com 21 apoios.

A subestação projetada será do tipo mista, composta por dois escalões de tensão, um de 150 kV (Nível MAT1) e outro de 30 kV (Nível MT2). A subestação será essencialmente constituída por um Parque Exterior de Aparelhagem (PEA) e por quatro edifícios: um de média tensão (CIMT1), dois edifícios de comando (CIPC - Comando, Controlo e Proteção e CIPC - Edifício de Auxiliares) e um edifício de manutenção e armazém.

Será ainda instalado junto à subestação um parque de baterias constituído com uma capacidade total de armazenamento de 14 MVA.

Síntese do procedimento

O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 23 de dezembro de 2022, data em que o processo foi submetido na plataforma Siliamb.

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da própria APA, e das seguintes entidades: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. (ARS Algarve), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves do Instituto Superior de Agronomia (ISA/CEABN).

A metodologia adotada pela CA para a concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:

- Realização de uma reunião no dia 17 de fevereiro de 2023, com o proponente e consultores, para apresentação do projeto e do respetivo EIA à Comissão de Avaliação.
- Análise da Conformidade do EIA:

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

- Ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, foi proposta a 27 de abril de 2003, a desconformidade do EIA devido a lacunas de informação não colmatadas nos elementos adicionais apresentados.
- Nesse contexto, foi promovido um período de audiência de interessados nos termos do CPA e, nessa sede, o proponente apresentou a 12 de maio de 2023 informação complementar em resposta às lacunas e dúvidas que determinavam a proposta de desconformidade.
- Após análise desta informação, consideraram-se reunidas as condições necessárias à conformidade do EIA, a qual foi declarada a 16 de maio de 2023.

- Promoção de um período de Consulta Pública, ao abrigo do artigo 15.º Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, que decorreu durante 30 dias úteis, inicialmente de 19 de maio a 30 de junho de 2023, posteriormente prorrogado até 20 de julho.
- Solicitação de parecer específico, ao abrigo do disposto no n.º 11, do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151- B/2013 de 31 de outubro, a um conjunto entidades externas à Comissão de Avaliação, nomeadamente, Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S (REN), pela E-REDES Distribuição de Eletricidade S.A., pelada Câmara Municipal de Tavira (CMT) e pelada Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).
- Visita ao local do projeto, efetuada no dia 06 de junho de 2023, tendo estado presentes representantes da CA, do proponente e da equipa responsável pela realização do EIA.
- Apreciação do projeto, com base na informação disponibilizada no EIA e demais documentação, tendo em conta as valências das entidades representadas na CA, integrada com as informações recolhidas durante a visita ao local e ponderados todos os fatores em presença, incluindo os resultados da participação pública.
- Elaboração do Parecer Técnico Final da CA, tendo em consideração os aspetos acima mencionados, que visa apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto.
- Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública.
- Promoção de um período de audiência prévia, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, e de diligências complementares.
- Análise da pronúncia apresentada em sede de audiência prévia e emissão da presente decisão.

Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas
Ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, relativo à consulta a entidades externas à Comissão de Avaliação, foi emitida pronúncia pela Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S (REN), pela E-REDES - Distribuição de Eletricidade S.A., pela Câmara Municipal de Tavira (CMT) e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). Sintetizam-se seguidamente os pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram, os quais se encontram em anexo ao Parecer da Comissão de Avaliação. **Síntese dos pareceres recebidos** A **REN** informa que relativamente ao projeto, na aproximação da linha de transporte de energia à

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

subestação de Estoi, a nova linha vai ser construída paralelamente à linha de dupla Estoi-Tavira 1/2, a 150 kV. Como forma de otimização da utilização dos corredores de chegada das atuais e futuras linhas de 150 kV à subestação de Estoi, os apoios da linha da Central Fotovoltaica de Estoi deverão ser de tipologia de linha dupla com 1 circuito equipado.

Desde que sejam garantidas as condições expostas, não existem quaisquer objeções à implementação deste projeto com afetação das faixas de servidão das infraestruturas integradas na RNT.

A **E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.** informa que a área do projeto tem na sua vizinhança, ou interfere com infraestruturas elétricas de Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão e Iluminação pública, integradas na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) e concessionada à E-REDES.

Na área do EIA encontra-se estabelecida a subestação da rede de transporte "SE 150/60 kV Estoi (REN)".

Em Alta Tensão a 60 kV, a área do EIA encontra-se na vizinhança ou é atravessada por traçados aéreos de diversas linhas da RESP.

A área é atravessada pelos traçados aéreos de diversas Linhas de Média Tensão a 15 kV, que constituem a ligação a partir de subestações da RESP a postos de transformação MT/BT de distribuição de serviço público.

No respeitante ainda a Linhas de Média Tensão a 15kV, está prevista uma interligação a 15 kV entre a rede das Subestações da rede de distribuição São Brás Alportel (60/15kV) e Olhão (60/15kV), entre Monte Girassol (FR15-187) e Barranco S. Miguel (FR15-243), a qual aguarda aprovação.

Ainda na área do EIA, encontram-se estabelecidas redes de Baixa Tensão e Iluminação Pública (ligadas a postos de transformação MT/BT de distribuição de serviço público).

A instalação de painéis fotovoltaicos sob os condutores de linhas elétricas aéreas da RESP, poderá introduzir desconformidades em relação às condições regulamentares de segurança definidas e asseguradas pelo operador da rede, quando do estabelecimento dessas infraestruturas.

A **ANEPC** sugere que na fase de construção e de exploração, deverão ser informadas do projeto os Serviços Municipais de Proteção Civil e os Gabinetes Técnicos Florestais de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira, dependentes das respetivas Câmaras Municipais, bem como os agentes de proteção civil localmente relevantes (Corpos de Bombeiros, por exemplo), designadamente quanto às ações que serão levadas a cabo e respetiva calendarização, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento e intervenção, bem como para ponderar a eventual necessidade de atualização dos correspondentes Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil e dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Durante a fase de construção, deverá ser elaborado um Plano de Segurança/Emergência que deverá ser comunicado à ANEPC/ CSREPC do Algarve e demais serviços e agentes de proteção civil dos municípios abrangidos pela área de estudo.

Durante a fase de exploração, deverá assegurar-se a limpeza do material combustível na envolvente da Central, e em especial, no local de instalação dos painéis fotovoltaicos e vias de acesso, de modo a garantir a existência de uma faixa de segurança contra incêndios, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Adicionalmente, no que diz respeito à infraestrutura de transporte de energia associada à Central, considera-se que deverá salvaguardar-se que a infraestrutura não causa um eventual impacto na

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

visibilidade dos postos pertencentes à Rede Nacional de Postos de Vigia, geridos pela GNR.

Deverá acautelar-se que a infraestrutura não causa potenciais interferências no sistema de comunicações da rede SIRESP.

A **CMT** pronuncia-se contra a implementação do projeto neste local, argumentando que existe uma paisagem a preservar do Barrocal Algarvio com elevado interesse, pelos seus valores naturais existentes, pela sua beleza natural, pela sua biodiversidade com espécies de fauna (Avifauna) e flora, protegidas não só ao abrigo de diretivas comunitárias como também espécies incluídas no Livro Vermelho da Flora Vascular.

A proposta insere-se de acordo com o Plano Diretor Municipal de Tavira, na planta de ordenamento, em espaço natural de proteção paisagística, em área de proteção aos sistemas aquíferos, na unidade de paisagem do Barrocal, na planta de condicionantes em Reserva Ecológica Nacional - outros ecossistemas (REN), em Reserva Agrícola Nacional (RAN), ainda que pouco significante.

A localização proposta é uma área de máxima infiltração, tão ou mais importante garantir, pela sua principal função, infiltração de águas nos solos, garantindo o futuro em termos ambientais, garantindo a qualidade de um bem tão essencial, deve representar a prioridade e a sua manutenção em condições, não sendo benéfica a existência de 14 MVA de armazenamento por baterias, podendo provocar eventuais contaminações das águas infiltradas. Considera-se que a escassez de água existente, supera outras preocupações, designadamente a energia.

Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão

Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, foi promovido um período de 30 dias úteis para consulta pública de 19 maio a 20 de julho de 2023.

Durante o período de consulta pública foram recebidas 861 exposições provenientes das seguintes entidades e particulares: ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações; DGT – Direção geral do Território; Turismo de Portugal; Câmara Municipal de Tavira; CCMAR da Universidade do Algarve; ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável; PROBAAL Associação Pró Barrocal Algarvio; Associação de Plantas e Jardins em Climas Mediterrânicos; Movimento de Cidadãos Glocal Faro; Movimento Fórum por Carcavelos; PAN Algarve; Sociedade Portuguesa de Botânica; ALMARGEM; QUERCOS; GEOTA e 847 cidadãos a título individual.

Estas exposições constam do Relatório da Consulta Pública, sintetizando-se de seguida os seus aspetos mais relevantes.

Síntese dos resultados da Consulta Pública

A **ANACOM** informa que a área prevista quer para instalação da CSF quer para linha elétrica de ligação da subestação da Central à Rede Nacional de Transportes não está condicionada por servidão radioelétrica, pelo que não coloca objeção à realização do projeto.

A **DGT** informa que o projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas por si desenvolvidas.

O **Turismo de Portugal** informa da presença, na envolvente de 1 500 m do projeto (distância máxima a

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

que o projeto promove uma intrusão visual moderada), de 53 estabelecimentos de alojamento local (AL) (7 AL em Tavira, 14 AL em São Brás de Alportel, 12 AL em Olhão e 19 AL em Faro), com uma capacidade total de 347 utentes. Salienta que 6 desses AL se localizam a menos de 750 m da central fotovoltaica e a 500 m da linha elétrica, sendo estas as distâncias até às quais o projeto se assume como elemento dominante da paisagem, promovendo uma intrusão visual elevada. Considerando a potencial afetação da referida oferta de alojamento existente em estabelecimentos de AL na envolvente do projeto, por via da intrusão visual de intensidade moderada a elevada que a central fotovoltaica e a linha elétrica determinam no ambiente visual (ainda que a intrusão da linha seja minimizada pelo facto de existirem outras interferências do mesmo tipo), esta entidade sublinha a relevância para o turismo da implementação da globalidade das medidas de minimização previstas no âmbito do descritor Paisagem, nas fases prévia à construção/licenciamento, de construção e de exploração.

A CM Tavira não se revê na colocação de uma infraestrutura, com estas dimensões, na localização proposta, e considera que deve ser equacionada localização alternativa. O parecer da CM foi analisado como parecer externo.

A **ZERO** manifesta uma posição desfavorável ao projeto, que assenta no conjunto de observações a seguir elencados:

- Embora este não seja um projeto de grandes dimensões, com uma área de implementação dos painéis na ordem dos 154 ha, estão em causa áreas rurais, constituídas na sua maioria por áreas de matos (45%) e áreas agrícolas (39%), que dificilmente poderão ser consideradas degradadas.

  Considera este mais um exemplo de projeto de investimento em energias renováveis que vai de forma efetiva contribuir para a degradação e descaracterização da paisagem rural. A ZERO considera que projetos desta natureza devem, obrigatoriamente, considerar alternativas que visem o aproveitamento de superfícies existentes por forma a não concorrer com outros usos e funções dos solos, nomeadamente através de instalação em meio urbano e industrial. Desta forma é também possível favorecer a produção de energia elétrica próxima de locais de consumo, reduzindo os impactes e ineficiências de extensas linhas elétricas possibilitando dinâmicas que envolvem as economias locais aos projetos.
- Segundo o estudo prevê-se a instalação de uma linha que fará a ligação desde a subestação da Central Solar Fotovoltaica de Estoi, a construir no concelho de Tavira, e a Subestação de Estoi, numa extensão estimada de 6,5 km, que obrigará a transpor o sistema orográfico constituído pelas serras de Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e Monte Figo, numa área, que embora não esteja classificada, os valores inerentes à classificação biótopo Corine, atestam a sua importância. Uma vez mais não se compreende que um projeto desta natureza seja instalado distante do ponto de ligação. É necessário ter em consideração os impactes na paisagem devido à proliferação de um emaranhado de estruturas e linhas, assim como o que resulta da destruição do coberto vegetal decorrente do cumprimento da legislação em vigor, a qual exige o corte ou decote das árvores para garantir a distância mínima de segurança assim como a gestão de combustíveis no corredor de segurança da linha. Também não são de desprezar as condicionantes na utilização do solo decorrentes da instalação das linhas aéreas, que numa situação de proliferação de inúmeras linhas na mesma área territorial, como é o caso em concreto, vão limitar as atividades económicas e de usufruto das populações aí residentes.
- Por último, refere que Portugal possui já cerca de 5% de território artificializado, pelo que um

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

bom princípio a aplicar seria assegurar o restauro (devolução à natureza) de uma área artificializada degradada de área equivalente cada vez que implantamos nos territórios projetos de caráter industrial.

A **Sociedade Portuguesa de Botânica** alerta para o facto de que o projeto se sobrepõe à distribuição de flora e habitats com valor para a conservação, sem que tenha sido apresentada uma avaliação de impactes, tão pouco medidas de mitigação e compensação adequadas. E apresenta um estudo, (anexo ao relatório), relativo às espécies afetadas, destacando-se aqui as espécies com interesse para a conservação:

- *Allium nigrum* é considerado Em Perigo (EN) na LVFVPC. As duas outras espécies ameaçadas têm também estatuto de conservação desfavorável a nível global.
- *Eryngium galioides* é uma espécie associada a charcos temporários mediterrânicos (3170, habitat prioritário da Diretiva Habitats), que além do estatuto de Vulnerável na LVFVPC é considerado globalmente EN pela IUCN.
- Narcissus gaditanus está considerado como globalmente Quase Ameaçado (NT) pela IUCN, além de estar avaliado como Vulnerável na LVFVPC.
- *Stipa tenacissima* (= *Macrochloa tenacissima*), espécie com estatuto global da IUCN de Vulnerável (VU), apesar de ainda não ter sido avaliada a nível nacional no âmbito de uma Lista Vermelha. Trata-se de uma gramínea com distribuição em Portugal restrita ao barrocal algarvio, que forma um habitat prioritário da Directiva Habitats (6220 - "Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*", no subtipo 6220pt3 - "Arrelvados vivazes neutrobasófilos de gramíneas *Otospermum glabrum* e *Euphorbia sulcata* (André Carapeto, observação pessoal). Ambas as espécies têm uma distribuição restrita em Portugal).

A **CCMAR da Universidade do Algarve** apresenta, em complemento do estudo supra, listagem de espécies florísticas que ocorrem na área de implantação do projeto, com valor para a conservação:

- *Lens lamottei* (Syn. *Vicia lens lamottei*): erva anual com estatuto de Vulnerável na Lista Vermelha de Portugal Continental (https://listavermelhaflora.pt/flora-single/?slug=Lens-lamottei) que se distribui pela zona ocidental da bacia mediterrânica e que em Portugal continental ocorre de modo muito disperso e fragmentado. Espécie confirmada em clareiras de matos calcários junto à N398 e que se encontra seguramente sub-prospetada na zona de estudo e implantação da CSFE.
- *Euphorbia medicaginea*: erva anual com estatuto de Vulnerável na Lista Vermelha de Portugal Continental (https://listavermelha-flora.pt/florasingle/?slug=Euphorbia-medicaginea) com distribuição mediterrânica e que em Portugal continental foi registada exclusivamente no Algarve, em margens de caminhos, taludes e campos agrícolas abandonados. Espécie passível de confusão no terreno com espécies próximas, confirmada junto à N398 e que se encontra seguramente sub-prospetada na zona de estudo e implantação da CSFE.
- *Otospermum glabrum*: malmequer anual com estatuto de Quase Ameaçada na Lista Vermelha de Portugal Continental Pastagens que ocorre de modo disperso na zona sul de Portugal em solos básicos argilosos. Foi confirmada junto à N398, estando seguramente sub-prospectada na zona de estudo e implantação da CSFE.
- *Silene fuscata, Silene rubella*: ervas anuais características de pousios, prados e pomares de sequeiro em solos argilosos, básicos com distribuições centradas noutras zonas do país e que

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

aparecem excecionalmente na periferia da zona de estudo e que mereciam uma prospeção dirigida na zona de estudo e implantação da CSFE.

Quanto a esta matéria foi, também, apresentado por um cidadão um estudo que constitui um Levantamento do arvoredo identificado: na área da central:

- 1981 alfarrobeiras com PAP superior a 0,8m; e 280 azinheiras (154 jovens e 126 adultos). No buffer de 50m em redor dos apoios da linha:70 azinheiras (25 jovens e 45 adultos) e 6 sobreiros (1 jovem e 5 adultos).

A **PROBAAL Associação Pró Barrocal Algarvio** expressa, também, uma posição desfavorável ao projeto, salientando os irreversíveis impactes nos aquíferos e a ameaça à biodiversidade da região: habitats, flora, fauna; recursos hídricos; paisagem; clima; solos. A fim de sustentar esta posição a PROBAAL apresenta um estudo detalhado (anexo ao relatório), justamente, sobre os impactes que a implantação do projeto irá induzir naquela região, evidenciando valores de importância conservacionista que ocorrem, designadamente espécies protegidas e de flora RELAPE, valores esses que o estudo não apresenta e que sustentam a sensibilidade e importância ecológica da área de estudo, a preservar.

Habitats: Foram identificados 9 habitats da Rede Natura 2000, dois deles prioritários para a conservação da natureza. O habitat de matagal, é cada vez mais raro no Barrocal face à expansão da agricultura intensiva e outros usos.

Flora: o bosque com matagal mediterrâneo tem núcleos com azinheira (*Quercus rotundifolia*). A azinheira é uma espécie protegida na legislação nacional e só a "implantação de empreendimentos de imprescindível utilidade pública é uma das situações em que o corte ou arranque é passível de ser autorizado". Foram, ainda, identificadas 9 espécies de plantas ameaçadas por legislação nacional e europeia, das quais 7 com estatuto de Vulnerável ou Em Perigo e 2 incluídas na Diretiva Habitats como espécies de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa.

Fauna: foram identificados 28 mamíferos, 11 anfíbios, 17 répteis e 44 aves como existentes ou potencialmente existentes, sendo que destes há 5 mamíferos, 2 répteis e 2 aves com Estatuto de Proteção elevado. Esta área é de particular relevância como área de nidificação para Peneireiro-cinzento ou alimento para espécies como a Águia-de-bonelli, Águia-cobreira, Águia calçada ou Bufo-real, entre outras e interfere, também, com o Corredor Meridional do ERPVA. Estes corredores ecológicos promovem a interconetividade genética de fauna e flora, essencial para a manutenção da biodiversidade nomeadamente na ligação entre as zonas da Rede Natura 2000 no Algarve, comprometendo a sua função.

Recursos Hídricos: encontra-se sobre o Sistema Aquífero de Peral / Moncarapacho, numa área de Alta Vulnerabilidade Hidrogeográfica, que faz parte das Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos. Dos 357 hectares avaliados, 294 hectares (82,4% da área estudada) estão incluídos na Reserva Ecológica Nacional quase todos como áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.

Clima: está inserida num território de clima sub-húmido seco e com Elevada Suscetibilidade dos Solos.

Reforça, ainda, esta associação que a área está inserida no Barrocal Algarvio, onde predomina o matagal mediterrâneo e pomares de sequeiro, típicos daquela unidade de paisagem. Os conjuntos arbóreos favorecem a precipitação, baixam a temperatura do ar, contribuem para a retenção de humidade, e porque o inverso também é verdade, parece injustificável o abate e erradicação de milhares de arbustos e árvores com centenas de anos numa zona de captação de água para aquífero. E sublinha que a

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

presença de uma Central Solar levará a um elevado grau de artificialização de uma parte significativa da paisagem (entre 1 a 6 hectares por megawatt de geração de energia) e, ainda, que o esforço de combate às alterações climáticas e à neutralidade carbónica não pode e, mais importante ainda, não precisa, de ser feita à custa de potenciais e graves impactes sobre o ambiente.

A **Associação de Plantas e Jardins em Climas Mediterrânicos** manifesta, também, o seu total desacordo com a localização sugerida porque a maioria dos terrenos estão classificados, desde 2008, como o Reserva Ecológica Nacional (REN) para recarga de aquíferos, sendo que a área relativamente plana no Cerro de Leiria é a principal zona de infiltração máxima do aquífero Peral-Moncarapacho que abastece milhares de pessoas com água potável, razão pela qual o seu funcionamento tem de ser preservado. Acresce que paisagem do Barrocal é amplamente reconhecida pela sua biodiversidade com uma flora de mais de 1.000 espécies, 461 géneros e 101 famílias botânicas. Entende esta associação que a remoção da vegetação e das rochas e o nivelamento da área com maquinaria pesada terão um impacto negativo na capacidade de infiltração da água no solo. Com estas ações, o solo argiloso tornar-se-á mais compacto e mais impermeável à água impedindo esta de se infiltrar no aquífero e consequentemente perder-se para jusante em direção ao mar. A remoção da vegetação causará igualmente outro flagelo uma vez que as comunidades de árvores encorajam a precipitação, baixam a temperatura do sol, terra e ar, e aumentam a humidade relativa. Como o inverso também é verdadeiro, parece-nos irracional e insustentável erradicar milhares de arbustos e árvores, algumas com centenas de anos, da área de captação e infiltração de água para o aquífero.

Embora não descurando a importância de projetos de energia renováveis para um futuro sustentável, esta entidade refuta a sua instalação em áreas tão bio diversas e, por isso, apela à preservação desta reserva ecológica e do seu património natural, mantendo as todas as espécies protegidas e ameaçadas de plantas e animais que vivem neste habitat único.

O movimento de cidadãos **Glocal Faro** manifesta, também, sua discordância à Central Fotovoltaica de Estoi que consubstancia com o Mapeamento Áreas menos sensíveis, atualizado em Junho de 2023, da autoria do LNEG, e que representa uma avaliação ambiental muito rigorosa. Realça que, de acordo com esse mapa, esta central solar nunca devia ter sido leiloada para aquela localização, na medida em que se trata de um zona sensível por ser de infiltração/ recarga de aquífero, por ser território REN (e RAN) e porque se pretende construir à volta de núcleos habitacionais (e de uso misto).

O movimento **Forum por Carcavelos** contesta também a decisão de instalar a central numa área de RAN e REN, e de infiltração máxima de um aquífero Em tempo de emergência climática, considera esta decisão, que descura os aquíferos, muito inadequada.

O proprietário e gerente **do B&B Casa do Cerro Barranco de São Miguel** expressa a sua profunda preocupação e a sua forte oposição ao projeto proposto de exploração de painéis solares e à instalação de uma linha de alta tensão que se prevê nas proximidades da Casa do Cerro, Barranco de São Miguel, onde desenvolve uma atividade B&B. O investimento realizado baseou-se principalmente nas belas vistas tanto do mar como das montanhas e do barrocal. O projeto de construção de uma linha de alta tensão a menos de 200 m da exploração, ligando o parque solar à estação de distribuição de Estoi e cujas torres com 45 m de altura (principalmente P13) vai ter um forte impacto na sua atividade e consequentemente na sua rentabilidade, pelo que solicita medidas e compensações para atenuar os aspetos seguintes:

- Acessibilidade à atividade durante as obras de construção das torres de alta tensão.
- Diminuição da satisfação dos hóspedes e, por conseguinte, da pontuação da avaliação no

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

booking.com e, consequentemente, uma taxa de ocupação reduzida nos anos futuros.

- Uma diminuição do valor da atividade se for vendida no futuro.
- Impacto visual: A presença de uma linha elétrica de alta tensão perto do nosso B&B tem consequências visuais, afetando a nossa reputação e a experiência dos hóspedes.
- Perceção e sentimento de insegurança entre os nossos clientes devido ao impacto da radiação.

Por conseguinte, solicita que seja salvaguardado, o seguinte:

- - Trajeto subterrâneo (parcial) da linha elétrica de alta tensão.
- - Deslocalização do apoio P13 mais para norte/oeste, de modo a que fique mais longe/mais baixo e deixe de ser visível.
- - Colocação de árvores entre o B&B e o P13, de modo a que o referido apoio deixe de ser visível a partir do seu estabelecimento.
- - Constituição de uma provisão para os futuros danos comerciais, que serão reclamados.

O **PAN Algarve** apresenta, igualmente, a sua oposição ao projeto que, acredita, terá impactos nefastos na fauna e flora de Faro, Tavira e Olhão.

Embora necessárias, defende que as centrais fotovoltaicas devem ser instaladas de maneira inteligente e sustentável, sem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas, designadamente em áreas urbanas que oferecem, muitas delas, inúmeras oportunidades para a instalação de painéis fotovoltaicos, como as coberturas de edifícios públicos e particulares, e parques de estacionamento. Propõe, ainda, outras alternativas, como barragens, ciclovias, extensões de linhas férreas e separadores centrais das autoestradas, todos com grande potencial para receber projetos de produção fotovoltaica, sem perdas de biodiversidade ou riscos para os ecossistemas.

Com a consciência de que existem alternativas menos prejudiciais à natureza, tem vindo a expressar, junto dos organismos locais e associações, a sua preocupação com o impacto ambiental deste projeto, e refere ter já apresentado um projeto de resolução na Assembleia da República, solicitando ao Governo para considerar a atribuição de um estatuto de proteção à área onde se pretende implantar o projeto.

O PAN está profundamente preocupado com o plano de desflorestação de 154 hectares, que irá resultar na perda de habitats para espécies de grande valor conservativo e com a destruição de uma zona de acumulação de água (aquífero), especialmente dada a situação hídrica do país e insiste que associações ambientais, como a PROBAAL, que têm desempenhado um papel crucial na investigação dos impactos desta central, devem ser ouvidas pelos decisores políticos.

A **ALMARGEM** considera que a proposta da CFE não é um projeto de desenvolvimento sustentável nem um projeto justo.

Considera que a construção de centrais solares deverá ser feita em paisagens já urbanizadas, tais como telhados de grandes centros comerciais, hospitais, parques de estacionamento, edifícios municipais, e especialmente em terrenos sem uma presença tão significativa de habitats protegidos e fora da Reserva Ecológica Nacional.

Salienta que a CFE agrava o problema climático; não adota soluções baseadas na natureza; prejudica os ecossistemas; não protege a vida selvagem; não assegura o bem-estar das comunidades locais; interfere negativamente no ciclo da água (em termos de quantidade e qualidade ao longo do tempo); não garante um futuro mais saudável para as gerações vindouras.

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

No que respeita aos recursos hídricos, ressalta que a CFE está proposta para uma área que o Estado Português classificou, desde 2008, como Reserva Ecológica Nacional (REN) para a recarga de aquíferos e como zona de infiltração máxima. Definido como espaço natural de proteção paisagística e área de proteção aos sistemas aquíferos, na unidade de paisagem do Barrocal, sendo reconhecido como tal pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Tavira. O projeto está previsto ser construído por cima da área de "máxima infiltração" do aquífero Peral-Moncarapacho, onde a prioridade deve ser "permitir a infiltração de água nos solos".

Considerando que a região do Algarve provavelmente irá enfrentar mais condições de seca no futuro, considera que é imprudente desmatar, retirar pedras e limpar estas terras, acelerando o processo de desertificação e escassez hídrica local.

Há também uma forte probabilidade de poluição da água do aquífero devido à lixiviação de metais pesados dos painéis solares no curto, médio e longo prazo, e que consequentemente terá impacto na saúde humana.

Existe, também, um elevado risco de intrusão salina, que é promovida pela falta de recarga deste aquífero com águas pluviais, no caso de ser construída esta central, que resultará numa impermeabilização dos solos.

Em relação à biodiversidade refere que o local alberga atualmente 250 espécies de plantas, das quais 46 são espécies RELAPE (Plantas Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção). Ocorrem também 127 espécies de aves, tanto migratórias como residentes, incluindo a águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), que apresenta um estatuto de conservação "Em Perigo" (Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal Continental) e na União Europeia com o estatuto de conservação prioritário.

O sítio proposto alberga pelo menos 16 espécies de mamíferos, incluindo a lebre-ibérica (*Lepus granatensis*), que é uma espécie de grande importância ecológica. O projeto desvaloriza a destruição de 154 hectares de vegetação, que se caracteriza pela existência de vários habitats com interesse para conservação (habitats de interesse comunitário, nomeadamente: 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos; 9340 – Florestas de *Quercus ilex e Quercus rotundifolia*; 92D0 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctorae*) - em bom estado). Esta destruição provocará um desequilíbrio ecológico e um agravamento da já escassa disponibilidade de água, resultando em perdas irreparáveis para a fauna (que aí encontra refúgio, com especial relevo para micromamíferos, répteis, anfíbios e insetos) e para a flora.

Salienta os seguintes impactes negativos na socio-economia e saúde humana:

- Impossibilidade de acesso a terrenos abertos e partilhados há gerações para: caçadores, caminhantes, ciclistas e turistas, que apreciam a zona pelo seu potencial de lazer e beleza natural.
- Perda de receita turística para as casas de Turismo Rural e Alojamento Local na região, cuja atividade depende dos valores naturais da zona e que seriam especialmente afetadas durante a fase de construção e que depois de implementada a atração turística deixará mesmo de existir.
- Redução da qualidade do ar devido à criação de poeiras finas de argila e poluição sonora, durante os meses de limpeza do terreno.
- Impactos visuais, para as casas com vista para os milhares de painéis solares.
- Encandeamento para os residentes que vivem em casas no lado mais alto e a Sul do vale, devido

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

ao reflexo do sol em 175.000 painéis.

- Redução do valor das casas e das propriedades situadas perto dos locais de instalação dos painéis ou das torres de alta tensão, ou para aquelas cuja vista seria alterada de forma irreversível.
- Impactos dos CEM para as pessoas sensíveis às frequências eletromagnéticas e para as pessoas que vivem perto dos postes de alta tensão.
- Redução da precipitação devido à remoção de 1,5 quilómetros quadrados de massa verde.
- Redução da água disponível no aquífero para os furos e abastecimento da comunidade local.
- Forte probabilidade de poluição da água do aquífero por lixiviação de metais pesados dos painéis solares a curto, médio e longo prazo.
- Aumento das temperaturas devido à remoção do arvoredo e massa verde e à acumulação de calor residual no vidro dos painéis durante o dia, o qual é devolvido à atmosfera.

No que respeita ao património, considera que a destruição destes muros de pedra seca é um atentado à conservação do solo e ao património local e regional.

Não concorda com a avaliação e interpretação dos impactes cumulativos apresentados. Os impactes cumulativos são preocupantes, significantes e não podem ser desvalorizados e minimizados. Os impactes cumulativos deverão ser quantificados, e as pressões e usos de cada recurso deverão ser integradas e contabilizadas.

Refere ainda a violação e não cumprimento de diversos IGT, desde logo a REN, PROT Algarve e o PDM de Tavira.

Considera que é essencial que a empresa explore outras opções, considerando escalas e locais mais apropriados para esse projeto. Devem ser procuradas soluções sustentáveis que não comprometam o equilíbrio ecológico da região do Algarve.

O **GEOTA** discorda do projeto considerando que a escolha do local não é adequado a um projeto desta dimensão, uma vez que se trata de um projeto inadequado e com dimensões excessivas para esta zona de maciço rochoso do Barrocal Algarvio e que abrange o território de REN. Tem implicações agressivas na paisagem, destruição que não se justifica havendo alternativas mais adequadas para a instalação deste tipo de equipamento.

Os impactos da alteração do uso do solo numa área vasta e sensível não são passíveis de minimização nem compensação. A implantação de uma central solar obriga à desmatação e terraplanagem de uma vasta área, o que tem efeitos irreversíveis nas capacidades do solo, e obriga também à despedrega do solo (retirada de pedras), que tem nesta zona de Barrocal um alto valor paisagístico e geológico, o que tem também impactos negativos e irreversíveis. Na zona da implantação da central há afetação de zonas de REN, mas também matos, pomares, olival e de sequeiro. Afeta, também, áreas estratégicas de infiltração e de proteção e de recarga de aquíferos.

O projeto obriga à vedação de um vasto perímetro por uma rede de malha metálica e à movimentação de terras decorrente da necessidade de abate de árvores e preparação do terreno para instalação de painéis fotovoltaicos, o que tem graves impactos negativos, pela quebra dos contínuos ecológicos que deveriam ser mantidos. As medidas de minimização de impactes ambientais e de compensação às comunidades afetadas são claramente insuficientes.

Portugal comprometeu-se internacionalmente a proteger efetivamente 30% do seu território terrestre, o

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

que não será possível com a instalação de centrais fotovoltaicas em áreas protegidas e nas suas proximidades. Na área de estudo foram identificados três habitats protegidos: 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos; 92D0 - Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae*); e florestas de Quercus. Foram, ainda, identificadas várias espécies de fauna e flora com grande importância para a conservação da biodiversidade, que serão impactadas negativamente pela dimensão da intervenção planeada. De acordo com o EIA "O elenco florístico para a área de estudo engloba 469 espécies de flora, distribuídas por 81 "família". Confirmou-se no terreno a presença de 122 espécies na área de estudo da central e 128 espécies no corredor da linha de transporte, incluindo espécies de plantas raras, endémicas, em perigo de extinção, património natural protegido. Foram também encontradas algumas espécies de azinhal (azinheira, carrasco e medronheiro).

O projeto impacta 127 espécies de aves, incluindo a águia de Bonelli, que tem estatuto de conservação desfavorável, mas também 16 espécies de mamíferos, entre os quais a lebre e morcegos. Na área de estudo da central é intersectado um local de proteção de um abrigo de quirópteros (morcegos) de importância regional.

A destruição dos muros de pedra seca característicos da zona de barrocal tem um grave impacte paisagístico.

Na envolvente da central existem várias áreas protegidas e corredores ecológicos do Sistema Nacional de Áreas Classificadas.

A central fotovoltaica encontra-se totalmente implantada sobre o sistema aquífero Peral – Moncarapacho (M13). Este sistema é constituído por calcários do Jurássico superior, muito puros, pelo que a superfície se apresenta muito carsificada, com importantes lapiás, sumidouros, dolinas e algares, que resultam da dissolução do calcário ao longo de fendas e fraturas pela água de infiltração. A recarga deste sistema é direta através da precipitação e do escoamento superficial que se vai infiltrando no carso. O revestimento arbóreo e arbustivo e a matéria orgânica que cobre um solo incipiente desempenham um importante papel na retenção da água da chuva e no retardamento da água de escorrência superficial, promovendo a sua infiltração e, consequentemente, a recarga do aquífero.

A implantação de painéis fotovoltaicos sobre áreas tão sensíveis tem fortes e negativos impactes, uma vez que é necessário proceder à decapagem dos solos e à remoção da vegetação, bem como o facto de cobrirem e, por vezes, colmatarem estruturas cársicas facilitadoras e determinantes para os processos de infiltração. Os painéis fotovoltaicos interferem no modo como as chuvas atingem o solo, com a escorrência da água dos painéis a fazer-se em cortina, provocando erosão hídrica do solo, em particular no caso dos meios mais freáveis. Todas estas ações acarretam alterações no padrão de recarga dos aquíferos e na diminuição da água infiltrada. Por outro lado, a manutenção deste tipo de instalações e o controlo herbáceo são feitos com recurso a herbicidas persistentes que, nos sistemas cársicos com fraco poder de depuração, contaminam facilmente as águas superficiais e subterrâneas.

O projeto implica a construção de uma linha aérea de transporte de energia de 6,5 Km, com 21 apoios (Resumo não técnico) que fará a ligação da CSF de Estoi para permitir a injeção da produção de energia na subestação de Estoi (em Faro) e que abrange várias freguesias do concelho de Tavira. Tem impacto sobre a flora e a fauna, implicando nomeadamente exclusão e mortalidade de aves, e um elevado impacto paisagístico, numa zona com alto valor paisagístico e turístico. A linha elétrica vai ser construída na proximidade a áreas de nidificação da águia de Bonelli e em áreas sensíveis para aves aquáticas.

O GEOTA destaque que não foram estudadas alternativas, referindo que o promotor simplesmente

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

comprou os terrenos no local em que queria instalar a central sem equacionar outras hipóteses com menores impactes ambientais. Refere também que não foram avaliados os impactes cumulativos com diversas estruturas de existentes, nomeadamente linhas de energia, assim como impactes cumulativos com outras áreas com estatuto de proteção.

O GEOTA defende como princípios gerais nos projetos fotovoltaicos:

- Deve ser sempre privilegiada a instalação dos painéis em áreas edificadas (urbanas, industriais, serviços), designadamente sobre edifícios, parques de estacionamento, parques de materiais e similares, por forma a não criar conflitos com outros usos;
- Não é aceitável comprometer e degradar sítios da REN e da RAN, quando os compromissos internacionais exigem o seu reforço. A REN e RAN devem ser liminarmente excluídas de projetos industriais deste tipo, pois não está em causa apenas uma ou mais espécies protegidas, mas sim a salvaguarda e regeneração de habitats, de recursos hídricos, de ecossistemas viáveis, da agricultura tradicional e das comunidades locais;
- É inaceitável reduzir as áreas florestais e as áreas de matos. A produção fotovoltaica não pode ser pretexto para a degradação do território e a redução da armazenagem de carbono (tanto mais que há muita área urbana e industrial disponível). Qualquer abate de árvores, deve ser obrigatoriamente compensada por excesso, com ocupações que garantam a longo prazo uma armazenagem de carbono superior à presente;
- Deve ser sempre desenvolvido um plano de partilha de benefícios com as comunidades locais, que preveja a mitigação da pobreza energética na região, por exemplo através da renovação energética de habitações e da instalação de painéis fotovoltaicos no edificado, e que alavanque uma transição energética justa.

A **QUERCUS** manifesta discordância quanto ao projeto devido à destruição da paisagem do barrocal algarvio com vegetação mediterrânica autóctone.

A maioria dos terrenos destinados à construção deste projeto estão integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), sendo fundamentais para a recarga do aquífero. A área cársica na zona do Cerro de Leiria, é a principal zona de máxima infiltração do aquífero Peral-Moncarapacho, o qual abastece de água milhares de pessoas. A floresta e matagal mediterrânico dominante na área de estudo, constituem habitats naturais, juntamente com as formações geológica dos campos de lapiás, megalapiás e algares existentes no maciço calcário, apresentam uma função essencial para a recarga da água das chuvas no aquífero Peral-Moncarapacho. A desflorestação com remodelação e decapagem do terreno com aterro e compactação dos solos argilosos vai impermeabilizá-los e impedir que a água se infiltre no aquífero, comprometendo disponibilização de água em quantidade e qualidade no futuro. O aumento da escassez de recursos hídricos é um fator crítico para as pessoas e atividades como o turismo no Algarve.

Este projeto apresenta-se como um atentado à biodiversidade existente. A vida de uma quantidade enorme de espécies será impactada por este projeto.

Estas zonas são habitat de inúmeras espécies de fauna e flora, algumas com estatuto de proteção, que serão afetadas ao serem encobertas com a sombra de 175.000 painéis solar. Este projeto que irá alterar a fisionomia do lugar afetará negativamente as cadeias tróficas e os ciclos biológicos das espécies, bem como as funções e serviços dos ecossistemas, acrescendo o efeito da interrupção de corredores/áreas de circulação, alimentação e reprodução da fauna (nomeadamente como resultado de vedações e

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

permanência humana).

A paisagem será profundamente alterada. Esta é uma paisagem cultural e mediterrânica riquíssima, quase intacta, que deveria ser protegida. O que antes era uma paisagem natural refrescante de água e ar puro, com vegetação, floresta e animais selvagens, tornar-se-á uma paisagem tórrida e impermeabilizada de painéis solares. Não há dúvida que este projeto irá alterar o estilo de vida das comunidades locais para pior.

A Quercus considera que a tecnologia fotovoltaica é a que tem melhores condições para produzir eletricidade de forma descentralizada e junto aos pontos de consumo, de preferência aproveitando o espaço já ocupado por estruturas (edifícios). Os projetos de grande dimensão como este da CSF de Estoi, apresentam uma grande ocupação territorial, com destruição dos habitats naturais mediterrânicos e das culturas de sequeiro tradicionais do barrocal algarvio, pelo que deviam ter sido avaliadas alternativas, o que não aconteceu neste projeto.

De uma forma geral, as exposições recebidas, quer ao nível das entidades quer ao nível dos cidadãos a título individual, evidenciam uma forte contestação à implantação da Central Solar Fotovoltaica (CSF) de Estoi, pelos impactes negativos muito significativos e não minimizáveis, que o projeto irá induzir na região.

Esta posição advém, desde logo, da dimensão da área prevista para o projeto (154 ha de área e cerca de 175.000 painéis solares) mas também, e sobretudo, da sua localização em pleno Barrocal Algarvio, área com interesse elevado, pelos seus valores e beleza natural, pela sua biodiversidade com espécies de fauna e flora, protegidas. Acresce que a localização proposta é uma área de infiltração máxima do aquífero Peral-Moncarapacho que abastece de água milhares de pessoas, e que se estende para além dos limites da sua área de 44 km^2 de cavernas subterrâneas, que importa garantir a sua preservação.

Depois, pelos inevitáveis impactes negativos significativos e dificilmente mitigáveis, na paisagem e sistema de vistas, na biodiversidade, nos solos e seus usos, nos recursos hídricos, na qualidade da água, no clima e alterações climáticas, nos recursos naturais, no ordenamento do território, na saúde humana, nas comunidades locais.

Salientam-se os seguintes impactes ambientais negativos e principais questões referidas nas exposições:

- No que respeita aos recursos hídricos, ressalta que a CFE está proposta para uma área que o Estado Português classificou, desde 2008, como Reserva Ecológica Nacional (REN) para a recarga de aquíferos e como zona de infiltração máxima. Definido como espaço natural de proteção paisagística e área de proteção aos sistemas aquíferos, na unidade de paisagem do Barrocal, sendo reconhecido como tal pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Tavira. O projeto está previsto ser construído por cima da área de "máxima infiltração" do aquífero Peral-Moncarapacho, onde a prioridade deve ser "permitir a infiltração de água nos solos".

  Considerando que a região do Algarve provavelmente irá enfrentar mais condições de seca no futuro, considera que é imprudente desmatar, retirar pedras e limpar estas terras, acelerando o processo de desertificação e escassez hídrica local.

  Há também uma forte probabilidade de poluição da água do aquífero devido à lixiviação de metais pesados dos painéis solares no curto, médio e longo prazo, e que consequentemente terá impacto na saúde humana.

  Existe, também, um elevado risco de intrusão salina, que é promovida pela falta de recarga deste

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

aquífero com águas pluviais, no caso de ser construída esta central, que resultará numa impermeabilização dos solos.

- Forte probabilidade de poluição da água do aquífero devido à lixiviação de metais pesados dos painéis solares no curto, médio e longo prazo, e que consequentemente terá impacto na saúde humana. Existe, também, um elevado risco de intrusão salina, que é promovida pela falta de recarga deste aquífero com águas pluviais, no caso de ser construída esta central, que resultará numa impermeabilização dos solos.
- Em relação à biodiversidade refere que o local alberga atualmente 250 espécies de plantas, das quais 46 são espécies RELAPE (Plantas Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção). Ocorrem também 127 espécies de aves, tanto migratórias como residentes, incluindo a águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), que apresenta um estatuto de conservação "Em Perigo" (Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal Continental) e na União Europeia com o estatuto de conservação prioritário. O sítio proposto alberga pelo menos 16 espécies de mamíferos, incluindo a lebre-ibérica (*Lepus granatensis*), que é uma espécie de grande importância ecológica. O projeto desvaloriza a destruição de 154 hectares de vegetação, que se caracteriza pela existência de vários habitats com interesse para conservação (habitats de interesse comunitário, nomeadamente: 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos; 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*; 92D0 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctorae*) - em bom estado). Esta destruição provocará um desequilíbrio ecológico e um agravamento da já escassa disponibilidade de água, resultando em perdas irreparáveis para a fauna (que aí encontra refúgio, com especial relevo para micromamíferos, répteis, anfíbios e insetos) e para a flora.
- O projeto implica a construção de uma linha aérea de transporte de energia de 6,5 Km, com 21 apoios (Resumo não técnico) que fará a ligação da CSF de Estoi para permitir a injeção da produção de energia na subestação de Estoi (em Faro) e que abrange várias freguesias do concelho de Tavira. Tem impacto sobre a flora e a fauna, implicando nomeadamente exclusão e mortalidade de aves, e um elevado impacto paisagístico, numa zona com alto valor paisagístico e turístico. A linha elétrica vai ser construída na proximidade a áreas de nidificação da águia de Bonelli e em áreas sensíveis para aves aquáticas.
- Não foram estudadas alternativas, referindo que o promotor simplesmente comprou os terrenos no local em que queria instalar a central sem equacionar outras hipóteses com menores impactes ambientais. Refere também que não foram avaliados os impactes cumulativos com diversas estruturas de existentes, nomeadamente linhas de energia, assim como impactes cumulativos com outras áreas com estatuto de proteção.
- O projeto não combate as alterações climáticas, ao invés, agudiza este problema, não apresenta soluções baseadas na natureza, afeta os ecossistemas e a vida selvagem, prejudica a vida das comunidades locais, e interfere negativamente no bom funcionamento do ciclo da água. A tecnologia fotovoltaica é a que tem melhores condições para produzir eletricidade de forma descentralizada e junto aos pontos de consumo, de preferência aproveitando o espaço já ocupado por estruturas (edifícios).
- Violação e não cumprimento de diversos IGT, desde logo a REN, PROT Algarve e o PDM de Tavira.
- O projeto apresenta impactes negativos na socioeconomia e saúde humana, nomeadamente:

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

Impossibilidade de acesso a terrenos abertos e partilhados há gerações; perda de receita turística para as casas de Turismo Rural e Alojamento Local na região; diminuição da qualidade do ar devido à criação de poeiras finas de argila e poluição sonora, durante os meses de limpeza do terreno; Impactos visuais, para as casas com vista para os milhares de painéis solares; Encandeamento para os residentes que vivem em casas no lado mais alto e a Sul do vale, devido ao reflexo do sol em 175.000 painéis; redução do valor das casas e das propriedades situadas perto dos locais de instalação dos painéis ou das torres de alta tensão, ou para aquelas cuja vista seria alterada de forma irreversível; Impactos dos CEM para as pessoas sensíveis às frequências eletromagnéticas e para as pessoas que vivem perto dos postes de alta tensão; redução da precipitação devido à remoção de 1,5 km^2 de massa verde; redução da água disponível no aquífero para os furos e abastecimento da comunidade local; forte probabilidade de poluição da água do aquífero por lixiviação de metais pesados dos painéis solares a curto, médio e longo prazo; aumento das temperaturas devido à remoção do arvoredo e massa verde e à acumulação de calor residual no vidro dos painéis durante o dia, o qual é devolvido à atmosfera.

Consideração dos resultados das Consultas Públicas na decisão

Da análise às exposições apresentadas em sede de consulta pública, verifica-se terem sido identificadas preocupações associadas aos sistemas ecológicos, às alterações à ocupação e uso do solo, à paisagem e aos impactes sobre o setor turístico, em expansão na região.

A maioria destas preocupações coincide com as principais temáticas abordadas e ponderadas na avaliação encontrando, na sua generalidade, reflexo no conjunto de condições preconizadas na presente decisão.

Importa, contudo, salientar que algumas exposições apontam temas e preocupações que, apesar de pertinentes, extravasam o âmbito do procedimento de AIA em curso, estando relacionadas com opções estratégicas e de planeamento, quer do setor energético, quer do território e que não são passíveis de ser acomodadas ao nível do procedimento de AIA em apreço.

Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes

No que respeita aos instrumentos de gestão territorial (IGT) em vigor no território potencialmente afetado pela implantação da Central Fotovoltaica e do corredor da Linha Elétrica/subestação refere-se o seguinte:

Relativamente ao enquadramento do projeto nos IGT e especificamente no que se refere à análise da conformidade do projeto com os Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor, verifica-se que a área da Central Solar Fotovoltaica incide maioritariamente no concelho de Tavira, abrangendo as categorias de 'Espaços Naturais e Culturais - Áreas de proteção natural e paisagística e Áreas de proteção aos sistemas aquíferos' e 'Espaços agrícolas'.

O corredor da linha elétrica e respetivos apoios incidem nos concelhos de Faro, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira, relativamente aos quais se verifica o seguinte:

- No concelho de Faro, o corredor da linha elétrica abrange 'Espaços Naturais e culturais – Áreas de proteção e valorização', e 'Espaços agrícolas – Áreas agrícolas condicionadas', 'Espaços Florestais' e

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

‘Espaços urbanizáveis a reestruturar’, cumulativamente com áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional (REN). Nas zonas de grande sensibilidade paisagística, o enquadramento do projeto deve observar a aplicabilidade do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN).

Nas zonas de maior sensibilidade sísmica, “admitem-se os usos e edificabilidades das Classes de Espaços onde se localizem, devendo a construção de qualquer edifício ou infraestrutura obedecer às recomendações técnicas aconselhadas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil”.

- No concelho de Olhão o corredor da linha elétrica abrange ‘Espaços Naturais - áreas de proteção e valorização’ (integradas na REN), ‘Espaços Florestais’, não sendo declarada alguma incompatibilidade ou interdição.

  Nos Espaços agrícolas condicionados, alguns coincidentes com a Reserva Agrícola Nacional (RAN) não são permitidos alterações ao uso ou aproveitamento do solo que envolvam, designadamente, aterros, escavações e ações de despedrega, cujo vulto seja de molde a comprometer o regime hídrico da zona.

  Dada a tipologia de projeto não são postos em causa os objetivos de proteção. No entanto caberá à entidade competente (Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional – ERRAN) a pronuncia sobre esta matéria.

  Nas zonas de grande sensibilidade paisagística é aplicável o disposto na legislação que regula a Reserva Ecológica Nacional, sendo interdito a instalação de linhas aéreas de transporte de energia em alta e média tensão, exceto nas zonas mais baixas de vale. (artigo 15.º, n.º 2 alínea b) do regulamento do PDM).

- No concelho de São Brás de Alportel o corredor da linha elétrica abrange ‘Espaços Naturais- áreas de proteção e valorização’, onde não é enunciada qualquer incompatibilidade ou interdição e em ‘Espaços Agrícolas e Agrícolas condicionados,’ onde qualquer uso e ocupação carece de parecer da ERRAN.

  Nas zonas de maior sensibilidade sísmica, admitem-se os usos e edificabilidades das Classes de Espaços onde se localizem, devendo a construção de qualquer edifício ou infraestrutura obedecer às recomendações técnicas aconselhadas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

- No concelho de Tavira, a área de implantação da CFE e do corredor da linha elétrica abrangem Espaços Naturais e Culturais - Áreas de proteção natural e paisagística’ e ‘Áreas de proteção aos sistemas aquíferos’ e ‘Espaços agrícolas’, que incidem em áreas delimitadas como REN – áreas de máxima infiltração ou zonas ameaçadas pelas cheias.

  Nos ‘Espaços Florestais’, e apesar de ser possível a localização desta infraestrutura, a área de implantação salvaguardou estes espaços. Incide igualmente em ‘Espaços Agrícolas’ e ‘Agrícolas condicionados’, onde qualquer uso e ocupação carece de parecer da ERRAN.

  Face ao exposto, considera-se que a compatibilidade com o zonamento previsto nos respetivos PDM deve salvaguardar as interdições subjacentes às classificações de solo, donde se destacam, os ‘Espaços Naturais’ em zonas de grande sensibilidade paisagística e ambiental e em ‘Áreas agrícolas condicionadas’.

Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública e Áreas Protegidas ou classificadas

Ao nível do enquadramento do projeto com as Condicionantes, Servidões administrativas e Restrições de utilidade pública, foram consideradas e caracterizadas as condicionantes existentes nos planos municipais

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

dos vários concelhos e outras condicionantes, servidões e restrições: Domínio Publico Hídrico; Reserva Agrícola Nacional (RAN); Áreas de montado de sobro e azinho; Espaços canais e infraestruturas (rodoviárias, elétricas); Património, vértices geodésicos, pedreiras e áreas potenciais para rochas e minerais não metálicas, Captações de água e respetivos perímetros de proteção e Servidão aeronáutica do aeroporto de Faro.

Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)

Foi caracterizada e avaliada a incidência e cômputo de áreas, em função das tipologias em presença, por concelhos e por afetação na área de estudo da CFE; na área de implantação da CFE e na Linha Elétrica da CFE [corredor de estudo da Linha Elétrica, a 150 kV (LCFE.ET)].

De acordo com a carta da Reserva Ecológica Nacional (REN), em vigor nos Municípios de Faro (Resolução de Conselho de Ministros n.º 162/2000, de 20 de novembro), Olhão (Aviso n.º 17725/2020, de 2 de novembro), São Brás de Alportel (Resolução de Conselho de Ministros n.º 154/2000, de 11 de novembro) e Tavira [Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/97, de 8 de fevereiro, alterada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 84/2007, de 25 de junho (PP de Cachopo), Resolução de Conselho de Ministros n.º 11/2008, de 21 de janeiro (PP do NDT da Boavista AAT5), Aviso (extrato) n.º 1573/2015, de 11 de fevereiro (instalação de projeto agrícola para produção de frutos vermelhos) e Aviso n.º 17924/2019, de 12 de dezembro (proc. RERAE nº 01500/01/ALG/2016 - exploração pecuária)], a pretensão insere-se na(s) seguinte(s) tipologia(s):

- Faro, não há afetação de áreas da REN no que respeita à área de implantação da central fotovoltaica, sendo que no corredor de servidão da linha elétrica e os apoios (afetação permanente e temporária) há incidência em 'Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos' (10,4ha).
- Olhão, onde, apesar da área de estudo intercetar 'Cursos de água e Zonas Ameaçadas pelas cheias', a área de implantação da central fotovoltaica (módulos fotovoltaicos) não abrange áreas desta restrição. O corredor de servidão da linha elétrica e os apoios (afetação permanente e temporária) incidem em 'Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos' (8,62ha), em 'Leitos e margens dos cursos de água' (0,09ha), em 'Zonas Ameaçadas pelas cheias' (0,3ha) e em 'Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo' (1,12ha).
- S. Brás de Alportel, a área de estudo e a área de implantação da central fotovoltaica (módulos fotovoltaicos- 0,8ha; acessos internos - 0,04ha e vala de drenagem 0,03ha), abrangem 'Áreas de Máxima Infiltração' - nova categoria de Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, conforme consta anexo IV do RJREN. Não há afetação de áreas condicionadas em REN, pelo corredor de servidão da linha elétrica e pelos apoios.
- Tavira, a área de estudo abrange 'Área de Máxima Infiltração' (Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos), 'Áreas com Risco de Erosão' (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo), 'Leitos e cursos de água' (Leitos e margens dos cursos de água) e 'Zonas Ameaçadas pelas Cheias', sendo que a área de implantação da central fotovoltaica e a linha elétrica abrangem 'Área de Máxima Infiltração' (Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos), e 'Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo', numa área total, respetivamente de 56ha e 0,9ha.

Em função do respetivo enquadramento, importa referir que o RJREN, no Anexo II, identifica os "usos e

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN", em função das tipologias em presença, e a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro (que regulamenta o RJREN), no Anexo I, define as condições para a viabilização dos usos e ações considerados compatíveis com o referido regime, sendo que o Anexo II identifica os usos e ações que carecem de parecer obrigatório e vinculativo da Agência Portuguesa do Ambiente I.P.

A pretensão em apreço, inserida nas tipologias em presença encontra-se sujeita ao procedimento de comunicação prévia à CCDR, tendo enquadramento no título II – Infraestruturas, nas seguintes alíneas:

Central Fotovoltaica de Estoi:

- f) Produção e distribuição de eletricidade a partir de fontes renováveis (instalações de produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis nos termos do regime legal aplicável), não tem requisitos específicos na tipologia em presença (áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos), e não carece de parecer obrigatório e vinculativo da APA, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º do RJREN.
- m) Redes subterrâneas elétricas e de telecomunicações e condutas de combustíveis, incluindo postos de transformação e pequenos reservatórios de combustível, carece de parecer obrigatório e vinculativo da APA, nos casos em que o uso ou ação se localize em áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e em áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo.
- n) Pequenas beneficiações de vias e de caminhos municipais, sem novas impermeabilizações. Está isenta de comunicação prévia à CCDR nas áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos e nas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo.

Corredor da Linha Elétrica da Central Fotovoltaica de Estoi à Subestação de Estoi:

- i) Redes elétricas aéreas de alta e média tensão, excluindo subestações. Está sujeita a comunicação prévia à CCDR, nas áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos e para nas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, sem requisitos específicos e não carece de parecer obrigatório e vinculativo da APA, I.P., nas tipologias em presença.

De acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 24.º do RJREN, quando a pretensão em causa esteja sujeita a procedimento de avaliação de impacte ambiental ou de avaliação de incidências ambientais, a pronúncia favorável da comissão de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito desses procedimentos determina a não rejeição da comunicação prévia. Neste contexto, considera-se que o projeto da CFE apresenta em algumas categorias as condições e requisitos para a admissão dos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN. No entanto, atendendo ao facto da maioria da área de implantação do projeto incidir em áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos e em áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, os usos e as ações propostos não podem colocar em causa as funções desempenhadas pelas áreas integradas em REN, conforme disposto no Anexo I do RJREN, na secção II – Áreas relevantes para o ciclo hidrológico terrestre, alínea d) áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, e, secção III – Áreas de prevenção de riscos naturais, alínea d) áreas de elevado risco de erosão do solo.

Outras condicionantes, servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Relativamente ao enquadramento da pretensão em outras condicionantes, servidões administrativas e

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

restrições de utilidade pública, importa referir o seguinte:

- É abrangida por Reserva Agrícola Nacional (RAN), competindo à ERRAN a apreciação neste âmbito, devendo ser solicitado o respetivo parecer pelo requerente.
- Não inclui Áreas Classificadas (Rede Natura 2000/Área Protegida), mas abrange áreas de montado de sobro e azinho, o que, em caso da necessidade de abate, exige a instrução de umrespetivo pedido de autorização à Direção Regional de Agricultura, territorialmente competente, ou ao ICNF, I.P.
- É sujeita a título de utilização do Domínio Hídrico (DH), cuja emissão é da responsabilidade da APA.
- Incluí ainda infraestruturas rodoviárias, na área de estudo, a EN398 e zonas de servidão *non aedificandi* de rodovias. Contudo, a área de implantação da CFE salvaguarda as faixas de servidão associadas. -A Linha Elétrica (LCFE.ET) atravessa o Itinerário Principal, A22 e a estrada municipal, M514, sendo respeitadas as respetivas servidões associadas.
- A área de estudo da CFE abrange linhas elétricas de média tensão e uma de muito alta tensão.

  Contudo, a área de implantação da CFE não abrange a faixa de servidão associada. A Linha Elétrica (LCFE.ET) irá intercetar a faixa de servidão de linhas de muito alta tensão, cabendo à entidade gestora a sua avaliação.
- Captações de água (e captações de água privadas) e respetivos perímetros de proteção - a área de estudo da CFE insere-se na totalidade na zona de proteção alargada da captação pública de água subterrânea, JCS1 – Barrocais; para esta zona de proteção alargada não são referidas interdições à tipologia do projeto.
- Vértices geodésicos, que deverá contemplar uma faixa de proteção com 15 m de raio.
- Pedreiras e áreas potenciais para rochas e minerais não metálicas - é abrangida pela servidão das linhas elétricas aéreas de média e alta tensão (30 m).
- Incide na servidão aeronáutica do aeroporto de Faro, pelo que o projeto carece de autorização da ANAC na Zona 7 da Servidão Aeronáutica do Aeroporto de Faro.

Razões de facto e de direito que justificam a decisão
O projeto da Central Fotovoltaica de Estoi pretende contribuir para a diminuição das emissões de CO_2 e de outros poluentes associados à produção de energia elétrica por outras fontes. Terá a capacidade estimada, para produzir no 1º ano cerca de 159 GWh e, em média, no período de vida útil da instalação (30 anos), cerca de 143,8 GWh/ano. Em maio de 2020 foi lançada a abertura de procedimento concorrencial, sob a forma de leilão eletrónico, para atribuição de reserva de capacidade de injeção em pontos de ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) para eletricidade a partir da conversão de energia solar. A Iberdrola Renewables Portugal S.A. foi adjudicatária do lote 5, para o qual foi disponibilizada uma capacidade de injeção de 99 MVA, a partir da subestação de Estoi, com um nível de tensão de 150 kV, tendo sido atribuído o Título de Reserva de Capacidade (TRC) de injeção na RESP, de eletricidade produzida em Centro Electroprodutor a partir de conversão de energia solar, com sistema de armazenamento integrado, e com potência de ligação de 69 MVA a 23 de novembro de 2020, pela REN, enquanto Concessionária e Operadora da Rede Nacional de

Transporte.

O projeto da Central Fotovoltaica de Estoi localiza-se na freguesia Santa Catarina da Fonte do Bispo no concelho de Tavira, a Linha Elétrica e respetivo corredor, abrangem a União das freguesias de Conceição e Estoi no concelho de Faro, a União das freguesias do Moncarapacho e Fuseta, concelho de Olhão, a freguesia de São Brás de Alportel, concelho de São Brás de Alportel e a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, concelho de Tavira.

Está prevista a implantação da central solar fotovoltaica em 6 núcleos distintos, distribuindo-se dos dois lados da estrada municipal 398, numa extensão de 154 ha. A subestação localizar-se-á na estrema sudoeste do núcleo 3 e será constituída por 175.798 módulos solares fotovoltaicos com tecnologia bifacial, com a potência média unitária de 540 Wp, totalizando uma potência de (95 MWp).

A Linha, Central Solar Fotovoltaica de Estoi / Subestação de Estoi, a 150 kV, tem uma extensão total de cerca de 6,5 km, com 21 apoios.

O centro electroprodutor contará com inversores, postos de transformação, estações meteorológicas e a subestação.

Será instalado junto à Subestação um parque de baterias constituído com uma capacidade total de armazenamento de 14 MVA.

Face às características do projeto e da área de implantação do projeto, consideraram-se como fatores mais relevantes para a avaliação os sistemas ecológicos, os recursos hídricos, a socioeconomia e a paisagem.

No que se refere à Geologia e na Geomorfologia e Recursos Minerais, os principais impactes estão associados à fase de construção.

Prevê-se um diminuto volume de terras envolvido e que o material resultante das escavações seja integralmente aproveitado para a regularização do solo na proximidade e na reposição das condições pré-existentes.

Considera-se que, em termos de geomorfologia, resultará um impacte negativo, certo, local, permanente, reversível, de magnitude reduzida e pouco significativo.

Relativamente aos impactes na geologia, considera-se que as atividades que envolvam interferência no subsolo, como o de furação do substrato rochoso para implementação dos painéis, fundações para os apoios da linha elétrica, construção de plataformas e subestação, dado a aparente não ocorrência de valores geológicos com interesse conservacionista, não resultará na ocorrência de impactes. No entanto, poderão ser afetados valores ainda não conhecidos.

Considera-se assim que os impactes poderão ser negativos, locais, permanentes, irreversível, de magnitude proporcional ao valor do elemento afetado.

No que respeita aos recursos minerais, considerando que na área do projeto existe potencialidade para a ocorrência de recursos geológicos que são comuns no país, considera-se que o impacte é pouco significativo.

No âmbito do fator Recursos Hídricos, os impactes estão relacionados com a compactação de terrenos, redução da área de infiltração, com a eventualidade de contaminação devido a derrames acidentais de substâncias poluentes e de roturas nos sistemas de saneamento (águas e resíduos) e dos tanques de retenção de óleos dos transformadores nos postos de transformação e subestação, assim com na

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

intersecção, pouco provável, do nível freático.

A implantação dos módulos fotovoltaicos nas áreas de zona de infiltração máxima (ZIM), assim como os trabalhos necessários à sua instalação e manutenção, nomeadamente o nivelamento pontual das áreas que apresentem desníveis não compatíveis com as necessidades do projeto, a abertura e implementação de caminhos internos e de faixas de circulação de equipamento e maquinaria e ainda as valas para passagem de cabos, irão ter um impacte negativo significativo permanente sobre os recursos hídricos subterrâneos.

Apesar da instalação destes não conduzir a uma impermeabilização total do solo, terão para o efeito, de ser efetuadas despedregas para passagem das máquinas e abertura de valas. Estas despedregas ainda que superficiais, irão destruir os afloramentos rochosos carsificados que serão substituídos por alguma cobertura de solo, que consequentemente irá diminuir a infiltração de água.

Pela forma vaga que é apresentada a proposta de decapagem "*nas zonas estritamente necessárias*" e pela observação do coberto vegetal denso e uniforme em toda a área, fica evidente que é mantida a intenção de proceder a uma decapagem generalizada.

Dado que existem alternativas à decapagem generalizada, porque é claramente inadequada e desproporcional ao intento e porque importa evitar um impacte negativo massivo sobre os solos e consequentemente sobre a rede hidrográfica.

Atendendo à extensão e grau de desenvolvimento da carsificação considera-se que a sua destruição terá um impacte negativo significativo não minimizável, sobre a quantidade de água subterrânea.

Assim, verifica-se que a implementação do projeto, promoverá, em fase de construção, um impacte negativo significativo permanente e irreversível sobre os recursos hídricos subterrâneos, sobretudo sobre as referidas áreas de ZIM, sem que quaisquer condicionantes se possam estabelecer que pudessem minimizar ou compensar os referidos impactes.

No âmbito do fator Socioeconomia, importa referir no local de implantação ainda que não existam paisagens culturais classificadas (embora exista interesse da Camara Municipal de Tavira em propor como paisagem cultural, os socalcos dos pomares tradicionais de sequeiro do barrocal (zona da Boa Vista), da qual faz parte a área onde se pretende instalar a CFE) das caraterísticas geomorfológicas do Barrocal algarvio, derivaram terraceamentos de árvores de sequeiro, constituindo-se como espaços territoriais com forte identidade cultural assimilados pelas suas populações, mantendo inalterável todo o seu potencial socioeconómico, cultural e ambiental que sucessivas gerações deixaram como marca para futuro.

Infelizmente, o tipo e variedades de transformação originadas pelas atividades económicas nas últimas décadas tem originado fortes alterações (geometrização, fragmentação, dimensão, substituição e perfuração), por vezes conflituosas entre o que foi lentamente sedimentado, predominantemente rural, com os novos usos e ocupações, como por exemplo o comércio, indústrias, turismo, habitação, e, produção de energia renovável.

O Barrocal algarvio possui uma escala, identidade e história, particularidades únicas, incapaz de absorver o impacte do projeto da CFE, induzindo conflitos culturais/ambientais e socioeconómicos não mitigáveis. A localização do terreno a partir das condicionantes que foram mencionadas no EIA, que, num raio de cerca 15km a partir da subestação foram excluídas da análise as "áreas de barrocal profundo ou de serra", poderá não justificar totalmente a localização selecionada.

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

Embora se reconheça a preocupação da equipa projetista em compatibilizar o *layout* da CFE, os valores patrimoniais e biofísicos em presença devem ser salvaguardados (referindo-se, a título de exemplo, a destruição de 6,4km de muros de pedra solta, a destruição da vegetação arbórea/arbustiva tradicionais do Barrocal algarvio e a mobilização de solo), considerando-se que os mesmos são fundamentais para que a paisagem nas suas diversas componentes socioeconómicas, ambientais e culturais mantenha a identidade da região.

No âmbito das metas para a redução de emissões de gases com efeito de estufa, o desenvolvimento sustentado que possa ser projetado no futuro, não poderá ser efetuado à custa da destruição de dezenas de hectares de vegetação arbórea/arbustiva tradicionais do barrocal, também ela fundamental para a captação de alguns desses gases. Numa região onde a escassez de água é evidente, aproximando-nos de regimes semiáridos, provavelmente em resultado das alterações climáticas, o que parece ser despropositado se avaliarmos a eliminação do material vegetal ocorrente no local.

Certamente que a construção de um projeto com esta dimensão irá certamente dinamizar a economia local/regional, direta ou indiretamente ao nível de possíveis serviços de comércio, restauração e eventualmente alojamento. Esta dinamização terá reflexos positivos, embora se prevejam ser de magnitude reduzida e pouco significativa.

Existem no entanto, valores cénicos que serão perturbados, sem hipótese de mitigação, ao nível dos valores culturais e ambientais, diminuindo o valor económico da paisagem, enquanto ativo socioeconómico no contexto da região do Algarve, e que, ademais, dificilmente será entendível para a comunidade, que permanentemente é sensibilizada por entidades públicas e privadas para a importância e salvaguarda destes valores.

A destruição da vegetação e a perturbação no património socioecónomico/cultural terá um impacte muito negativo que deve ser evitado. Considerando a localização, dimensão e elevada conflitualidade do projeto, o projeto induz impactes ao nível dos valores ambientais/culturais/paisagísticos, que representam um valor socioeconómico inquestionável para a região. De facto, a irreversibilidade dos valores que se preveem serem destruídos, de âmbito socioeconómico/geológico e ecológico da paisagem nesta fase, não são possíveis de ser minimizados/mitigados.

Concluindo, o projeto apresenta impactes significativos ao nível da socioeconomia, não passíveis de minimizar/mitigar.

Para o <u>fator Solos</u>, a perda definitiva de solos, associada a ações de escavação é limitada. As ações de cariz permanente, escavação associada à definição da plataforma da subestação e abertura de caboucos para valas técnicas serão as ações de maior magnitude. A perda definitiva de solos suscetíveis de utilização agrícola (classe D) constitui um impacte negativo, direto, certo e de magnitude reduzida, irreversível permanente. Na área da linha o impacte resultante da exposição temporária do solo pela abertura de faixas de servidão e gestão de combustível é <u>negativo, indireto, provável, de curto prazo, reversível, de magnitude moderada.</u>

No âmbito do <u>Ordenamento do Território</u> o projeto foi analisado face aos PDM de Faro, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira e REN.

A compatibilidade com o previsto nos respetivos PDM deve salvaguardar as interdições subjacentes às classificações de solo, onde se destacam, os 'Espaços Naturais' em zonas de grande sensibilidade paisagística e ambiental e as 'Áreas agrícolas condicionadas'.

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

Ao nível do enquadramento do projeto com as Condicionantes, Servidões administrativas e Restrições de utilidade pública, foram consideradas e caracterizadas as condicionantes existentes nos planos municipais dos vários concelhos e outras condicionantes, servidões e restrições: Domínio Publico Hídrico; Reserva Agrícola Nacional (RAN); Áreas de montado de sobro e azinho; Espaços canais e infraestruturas (rodoviárias, elétricas); Património, vértices geodésicos, pedreiras e áreas potenciais para rochas e minerais não metálicas, Captações de água e respetivos perímetros de proteção e Servidão aeronáutica do aeroporto de Faro.

No âmbito da REN, atendendo ao facto de a maioria da área de implantação do projeto incidir em áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos e em áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, os usos e as ações propostos não podem colocar em causa as funções desempenhadas pelas áreas integradas em REN, conforme disposto no Anexo I do RJREN, na secção II – Áreas relevantes para o ciclo hidrológico terrestre, alínea d) áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, e, secção III – Áreas de prevenção de riscos naturais, alínea d) áreas de elevado risco de erosão do solo.

No que se refere ao fator Qualidade do Ar, os principais impactes far-se-ão sentir durante a fase de obra e dizem respeito às ações de movimentação de terras, e emissões gasosas de veículos e maquinaria afetos a obra, estes impactes são pouco significativos e temporários. Durante a fase de exploração, são esperadas emissões de ozono associadas ao efeito coroa que origina alterações das condições eletromagnéticas que ocorrem na vizinhança dos cabos condutores, embora se considere que essas emissões, pela sua magnitude, não são suscetíveis de degradar a qualidade do ar.

Em termos da Paisagem, importa antes de mais ter em consideração que o projeto desenvolve-se em pleno Barrocal Algarvio, que configura uma *Paisagem* única dentro do território nacional pela sua singularidade e especificidade, características naturais, culturais e patrimoniais únicas e com muito elevado valor cénico. Este território possui uma elevada identidade e uma qualidade visual relevante.

É também, no contexto nacional, uma Paisagem do cársico relativamente bem preservada, cujo valor é atestado, na continuidade territorial do cársico, e nos concelhos que a sucedem para poente, pelo aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira a Geoparque Mundial da UNESCO.

A Central irá ocupar na íntegra áreas de qualidade e sensibilidade visuais “Elevada” e a Linha Elétrica irá desenvolver-se maioritariamente em áreas de qualidade e sensibilidade visuais “Elevada” atravessando também áreas de qualidade e sensibilidade visuais “Muito Elevada” nomeadamente a Serra de Monte Figo.

A implementação da Central determinaria a destruição física de vários valores naturais: várias espécies de vegetação, maioritariamente, com elevado valor cénico, determinaria o abate de cerca de 950 exemplares sãos e adultos do pomar de alfarrobeira – Ceratonia síliqua – ao qual a área da central se sobrepõe e determinaria ainda a destruição de cerca de 10km de muros de pedra seca, sendo estes uma marca identitária da Paisagem e um atributo cultural da região.

Assim, o projeto em apreciação configura um conjunto de impactes de natureza visual, estrutural e funcional que, decorrente da sua análise, não se considera serem minimizáveis ou passíveis de minimização, em parte ou no seu todo.

Em termos do Património Cultural, verifica-se que a fase de construção é a mais lesiva, uma vez que comporta um conjunto de intervenções e obras potencialmente geradoras de impactes genericamente negativos, definitivos e irreversíveis, inviabilizando a conservação de contextos arqueológicos no subsolo

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

ou a manutenção de elementos edificados *in situ*.

Considera-se que, embora se verifique uma intenção do *layout* da Central em salvaguardar alguns dos elementos patrimoniais e culturais descritos, como sejam muros de pedra seca, fornos de cal, lapiaz e sumidouros, os impactes estruturais e visuais associados à afetação destes valores que constituem a identidade da paisagem assumem-se negativos, diretos e muito significativos.

No que respeita aos Sistemas Ecológicos, constata-se que a área de estudo se caracteriza pela ocorrência de um mosaico de habitats constituído essencialmente de áreas de matos, de pomar tradicional de sequeiro e agrícolas e linhas de água, que se articulam com habitats característicos de uma paisagem cársica, constituindo uma área cujas características ecológicas propiciam grande biodiversidade e constituem importante valor para a conservação da natureza, apresentando-se em muito bom estado de conservação.

Assim esta área constitui um importante reduto de fauna e flora ainda preservado, remanescente no Barrocal, Barrocal esse que se encontra sujeito a crescentes pressões urbano turísticas e agrícolas que se têm verificado ao longo dos anos, às quais acrescem nos últimos tempos a instalação de infraestruturas de energias renováveis – tais como parques fotovoltaicos.

O projeto enquadra-se na envolvente das áreas da rede natura 2000 PTCON0057 ZEC/ZPE Caldeirão e PTCON0050 ZEC Cerro da Cabeça, cerca de 600m. A linha elétrica atravessa o Biótopo Corine Serra de Monte Figo, que embora não sendo área classificada é indicativo do valor e sensibilidade das unidades fitossociológicas e espécies florísticas e faunísticas existentes na área de implementação do projeto.

Ao nível da flora os impactes encontram-se subavaliados, considerando-se que a destruição direta de espécies RELAPE (diversas não identificadas no EIA), algumas com estatuto de ameaça, assim como de importância local devido a constituírem as únicas populações conhecidas no Algarve (*Centaurea cordubensis*), constitui um impacte negativo de elevada significância.

Relativamente à fauna o mosaico criado pelas áreas de matos intercaladas com áreas de culturas agrícolas, constitui um ecótono com características desejáveis para espécies de presas selvagens – coelho-bravo e perdiz-vermelha - que constituem a base alimentar de algumas das espécies predadoras de maior relevância no contexto nacional, nomeadamente águia de Bonelli.

Destacam-se ainda outras espécies de fauna de interesse conservacionista nomeadamente *Rhinolophus mehelyi* (morcego-de-ferradura-mourisco), o *Felis silvestris* (gato gravo) e diversas espécies de aves, como a *Sylvia undata* (felosa-do-mato), *Lullula arborea* (cotovia-pequena), *Oenanthe hispânica* (Chasco-ruivo), *Circaetus gallicus* (águia-cobreira) e *Hieraaetus pennatus* (águia calçada).

De acordo com o regime de proteção destas espécies, os seus habitats não poderão ser afetados, consistindo a destruição dos mesmos, para além de um impeditivo de âmbito legal, um impacte negativo significativo de elevada significância, atendendo a que estas áreas de habitat não se apresentam suscetíveis de compensação por indisponibilidade de habitat favorável na envolvente para estas espécies, dada a ocupação humana das mesmas.

No ambiente cársico que caracteriza a zona, existem áreas de potencial endocársico dominadas por calcários e dolomitos (Jurássico e Cretácico), onde existirão espécies cavernícolas como é o caso da nova espécie de pseudoscorpião *Lusoblothrus aenigmaticus* da familia *Syarinidae*, cujo impacte dificilmente poderá ser minimizado ou compensado.

De destacar ainda que a destruição do ecossistema cársico, com diferentes abrigos de morcegos

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

identificados, ou eliminação da vegetação irão induzir impactes muito significativos, podendo conduzir à exclusão ou extinção destas espécies no local, pela remoção de habitat e áreas de alimentação, dos quais dependem.

De particular importância reveste-se a destruição de árvores centenárias com importantes cavidades, assim como de afloramentos rochosos e muros rupícolas que servem de abrigo e local de nidificação de inúmeras espécies de invertebrados, aves, mamíferos e flora rupícula, assim como de linhas de água e importantes zonas de sumidouros e charcos temporários, que albergam anfíbios e espécies RELAPE de flora e que alimentam o importante aquífero Peral-Moncarrapacho.

De referir ainda a instalação da linha elétrica que atravessa, de acordo com o seu traçado previsto, áreas de ocorrência de espécies de avifauna de grande valia conservacionista, suscetíveis de afetação por colisão/eletrocussão, destacando-se as espécies de aves *Hieraaetus pennatus*, *Circaetus gallicus*, *Aquila fasciata* *e *Milvus milvus*, podendo ainda afetar áreas de ocorrência de espécies RELAPE, pela construção de apoios nestas áreas.

Tal como já referido, esta área constitui um último reduto de barrocal com características ecológicas ainda bastante preservadas, comprovado pela importante biodiversidade e ocorrência de espécies de interesse conservacionista, de flora, fauna e habitats.

A área apresenta características ecológicas de elevada relevância, pelas importância dos habitats que aí ocorrem, quer para a manutenção da biodiversidade e de espécies de fauna e flora de interesse conservacionista, assim como para a manutenção do funcionamento do sistema hídrico na região, funcionando ainda como sumidouro para a alimentação de lençóis freáticos de elevada importância no Algarve no âmbito da gestão da água, cuja preservação se manifesta de caráter prioritário atendendo à situação de seca que ocorre na região e se prevê venha a manter-se no futuro.

Refira-se ainda que dada a extensa área a afetar com o projeto, haverá que atender ainda à possibilidade do aumento de risco de inundações em áreas urbanas envolventes/a sul, devido ao aumento de escorrências superficiais que a implementação do projeto poderá induzir.

Considera-se assim, que o projeto comporta assim impactes negativos de elevada magnitude não minimizáveis nem compensáveis. Refira-se ainda que esta área, apesar de não deter atualmente qualquer estatuto de proteção/classificação, justificaria, face ao seu grande valor natural, que tal lhe fosse atribuído, permitindo a sua conservação e valorização.

Para o fator Ambiente Sonoro, estima-se que a central venha a induzir impactes negativos; certos; permanentes; imediatos; reversível apenas com o encerramento da operação deste projeto; magnitude reduzida; pouco significativos e locais.

Estima-se que a LMAT venha a induzir impactes Negativos e Diretos; Certos; Permanentes; Imediatos; Reversível com a cessação da exploração desta LMAT; Magnitude Reduzida; Pouco significativos e Locais.

Em termos da Saúde Humana, os impactes mais significativos estão associados à fase de construção, face ao aumento da concentração de material particulado e gases de combustão, ao aumento dos níveis de ruído na envolvente da zona de obra e risco de proliferação de vetores, avaliados como impactes negativos pouco significativos.

Na fase de exploração, são de realçar a geração de energia oriunda de fonte renovável, com impactes ao nível da qualidade do ar e o ruído gerado pelos equipamentos da central, subestação e linha elétrica, tratando-se de um impacte positivo pouco significativo e um impacte negativo pouco significativo,

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

respetivamente.

No âmbito da avaliação desenvolvida, foram tidas em consideração os pareceres emitidos pelas entidades externas à Comissão de Avaliação, destacando-se o parecer da Câmara Municipal de Tavira (CMT), que se pronuncia contra a implementação do projeto neste local.

Refere a CMT que a proposta se insere, de acordo com o seu Plano Diretor Municipal, na planta de ordenamento, em espaço natural de proteção paisagística, em área de proteção aos sistemas aquíferos, na unidade de paisagem do Barrocal, na planta de condicionantes em Reserva Ecológica Nacional - outros ecossistemas (REN), em Reserva Agrícola Nacional (RAN), ainda que pouco significante.

Identifica a localização proposta como uma área de máxima infiltração, tão ou mais importante de garantir, pela sua principal função, infiltração de águas nos solos, garantindo o futuro em termos ambientais, garantindo a qualidade de um bem tão essencial, devendo representar-se como uma prioridade a sua manutenção em condições. Considera que a escassez de água existente, supera outras preocupações, designadamente a energia.

Afirma que a disseminação de blocos de painéis pelo território irá provocar a fragmentação desta unidade paisagística extremamente bem conservada e que justificaria um possível estatuto de proteção, definindo alguma continuidade ecológica com a Zona de Rede Natura do Cerro da Cabeça.

De forma equivalente, foram igualmente consideradas as exposições apresentadas em sede de consulta pública, num total de 861 provenientes de entidades e cidadãos a título individual,

Ao nível das exposições recebidas destaca-se uma forte contestação à implantação do projeto, desde logo, pela dimensão da área prevista para a sua implantação, mas também, e sobretudo, pela sua localização em pleno Barrocal Algarvio, área com interesse elevado, pelos seus valores e beleza natural, pela sua biodiversidade com espécies de fauna e flora, protegidas. Referem ainda que a localização proposta é uma área de infiltração máxima do aquífero Peral-Moncarapacho que abastece de água milhares de pessoas, e que se estende para além dos limites da sua área de 44 km^2 de cavernas subterrâneas, que importa garantir a sua preservação.

As referidas exposições consideram que o projeto comporta inevitáveis impactes negativos significativos e não minimizáveis que o projeto irá induzir na paisagem e sistema de vistas, na biodiversidade, nos solos e seus usos, nos recursos hídricos, na qualidade da água, no clima e alterações climáticas, nos recursos naturais, no ordenamento do território, na saúde humana, nas comunidades locais.

Verifica-se assim, que os impactes negativos, significativos a muito significativos, identificados no decurso da avaliação do projeto encontram também reflexo nas preocupações expressas na maioria das exposições submetidas no quadro das consultas promovidas no âmbito do presente procedimento de AIA.

Face ao exposto, concluiu-se que o projeto "Central Fotovoltaica de Estoi" induz impactes negativos diretos e indiretos, muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis nem passiveis de compensação ao nível dos fatores ambientais determinantes para a avaliação nomeadamente, os sistemas ecológicos, os recursos hídricos, a socioeconomia e a paisagem, pelo que se emite decisão desfavorável sobre o mesmo.

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 - 2610-124 Amadora
telefone: (351)21 472 82 00, fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt